

B LETIM **CNM**

Publicação da Confederação Nacional de Municípios • setembro de 2023



UNIDOS, 2 MIL GESTORES BUSCAM SOLUÇÕES PARA CRISE



CNM reivindica ajustes no texto da Reforma Tributária

Impacto do salário mínimo para os cofres municipais será de R\$ 4,75 bilhões em 2024

CNM alerta sobre crise nos Municípios: mais de 51% estão com contas no vermelho

Nesta edição:

Palavra do presidente

Reunimos aqui na sede da Confederação Nacional de Municípios (CNM), em Brasília, mais de 2 mil gestores municipais na maior mobilização municipalista do ano, até o momento. Mais de 1,5 mil prefeitos estiveram presentes para protestar pelo avanço da pauta prioritária. Nos últimos meses, os Municípios foram afetados com quedas em receitas relevantes, como no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e no Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), além dos atrasos em emendas parlamentares federais; e com o aumento das despesas de pessoal, custeio e investimentos.

Mais um estudo divulgado pela Confederação revelou que, a cada R\$ 100 arrecadados por pequenos Municípios, R\$ 91 são utilizados para o pagamento de pessoal e custeio da máquina pública. Isso significa que mais de 51% dos Municípios estão no vermelho. Aqui em Brasília, o movimento municipalista se reuniu com os presidentes da Câmara e do Senado e os gestores se reuniram com parlamentares de suas bancadas. Apresentamos dados do estudo e entregamos nossas reivindicações. Os Municípios esperam que medidas sejam tomadas pelo Congresso e pelo Executivo a fim de evitar o colapso.

Lembramos que o FPM – principal receita de sete em cada dez Municípios do país – fechou o primeiro semestre com crescimento, porém apresenta fatores preocupantes para o restante do ano. Os dois primeiros decêndios de julho (-34,5%) e agosto (-23,56%) – ambos afetados pelo aumento das restituições e da queda do IR das grandes empresas do país – apresentaram expressivas retrações, causando apreensão nos gestores. Outra importante receita, a cota-parte do ICMS, afetada pela Lei Complementar 194/2022, recuou 4,5% no país.

Além disso, os Municípios enfrentam atraso no pagamento

de emendas parlamentares no primeiro semestre do ano.

A redução em emendas de custeio no primeiro semestre de 2023 em comparação a 2022 foi de quase 73%, passando de R\$ 10,43 bilhões para R\$ 2,80 bilhões. Avaliando o total de emendas, a redução foi de 58%, passando de R\$ 13,24 bilhões para R\$ 5,62 bilhões.

A mobilização foi ainda essencial para discutir a reforma tributária e aproveitamos a oportunidade para apresentar aos gestores que estiveram na sede a atuação da entidade nos últimos anos com o intuito de que o texto a ser aprovado seja o mais benéfico aos Municípios. Infelizmente não fomos atendidos em algumas de nossas mudanças. Há, inclusive, uma emenda aglutinativa que não vem ao encontro das demandas do movimento municipalista. Por isso, com o apoio dos prefeitos e das prefeitas, produzimos e entregamos para cada um dos presidentes estaduais e estes ficaram responsáveis por entregar aos parlamentares de seus Estados.

Vamos lutar por uma reforma tributária que venha ao encontro de tudo aquilo que defendemos ao longo desses mais de 25 anos de luta do movimento municipalista. Lutaremos pela aprovação dessas emendas a fim de garantir que os Municípios sejam contemplados com uma melhor distribuição de recursos e mais autonomia na reforma. Queremos preservar a liberdade dos Municípios em fazer a sua agenda tributária de forma que tenham autonomia para fiscalizar e gerir os seus impostos.

Os próximos meses serão de muito trabalho, e os Municípios precisam se manter unidos e lutando por um pacto federativo cada vez mais justo e igualitário. Municipalismo forte se faz com a participação de todos.

Paulo Ziulkoski

Presidente da CNM




www.CNM.org.br

[/PortalCNM](https://www.facebook.com/PortalCNM)
 [@portalcnm](https://www.twitter.com/portalcnm)
 [/TVPortalCNM](https://www.youtube.com/TVPortalCNM)
 [/PortalCNM](https://www.instagram.com/PortalCNM)
 [app.cnm.org.br](https://www.app.cnm.org.br)

Educação

Duas leis federais impactam a gestão municipal da educação

Sancionadas no início de agosto, as Leis 14.644/2023 e 14.640/2023 estabelecem, respectivamente, a criação de Conselhos Escolares e de Fóruns dos Conselhos Escolares e o Programa Escola em Tempo Integral. A primeira altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996) e a segunda promete aplicar R\$ 4,08 bilhões, entre 2023 e 2024, para criação de novas matrículas.

De acordo com a Lei 14.644/2023, os Municípios terão de aprovar leis para promover a gestão democrática do ensino público, de acordo com as peculiaridades locais, garantindo, assim, a participação das comunidades escolares nos Conselhos e nos Fóruns. Os Conselhos Escolares terão caráter deliberativo e serão compostos pelo diretor da escola, membro nato, e representantes das comunidades escolar e local, eleitos por seus pares nas seguintes categorias:

-
- (i) professores, orientadores educacionais, supervisores e administradores escolares;
- (ii) demais servidores públicos que exerçam atividades administrativas na escola;
- (iii) estudantes;
- (iv) pais ou responsáveis; e
- (v) membros da comunidade local.
-

Em relação ao Fórum dos Conselhos Escolares, trata-se também de um colegiado de caráter deliberativo, com a finalidade de fortalecer os Conselhos Escolares de sua circunscrição e a efetivação do processo democrático nas unidades educacionais e nas diferentes instâncias decisórias, com vistas a melhorar a qualidade da educação.

Acerca dessa legislação, a CNM aponta interferência do governo na competência municipal. A norma fere a autonomia dos Municípios ao determinar a composição de conselhos.



“Lei federal determinando a composição de conselhos municipais fere a autonomia dos Municípios.”

Tania Rego / ABR

» Saiba mais sobre o Escola em Tempo Integral

As matrículas na modalidade tempo integral são aquelas que mantêm os alunos na escola ou em atividades escolares por tempo igual ou superior a 7 horas diárias ou a 35 horas semanais, em dois turnos, durante todo o período letivo. Para receber os recursos, é necessário aderir ao programa – pelo Sistema Integrado de Monitoramento, Execução e Controle do Ministério da Educação (Simec) – e declarar a criação das novas matrículas.

O cálculo do apoio considerará o número de novas matrículas em tempo integral em relação aos dados do Censo Escolar e o Valor Anual Mínimo por Aluno (VAAF-MIN), utilizado no Fundeb para matrícula em tempo integral, equalizado pela diferença entre o Valor Anual Total por Aluno (VAAT) da respectiva rede e o VAAT-MIN nacional. O valor mínimo para cada matrícula será 25% do VAAF-MIN, podendo chegar até o máximo do valor igual ao VAAF-MIN.

O número máximo de novas matrículas a serem pactuadas pelos Entes federados será limitado, e a prioridade será para escolas que atendem

estudantes em situação de maior vulnerabilidade. A prestação de contas ocorrerá por meio da comprovação do cumprimento das metas pactuadas; e os valores não podem ser considerados nos mínimos constitucionais vinculados à manutenção e ao desenvolvimento do ensino.


A CNM reconhece a importância de ampliação da permanência das crianças na escola, mas alerta para o custo elevado, principalmente, em relação à alimentação, não prevista na nova lei. A dica da entidade para os gestores é analisar a necessidade de reestruturação das escolas e o número de professores a serem contratados, assim como a forma diferenciada de trabalhar o projeto pedagógico e a formação adequada de todos os profissionais.

Os Municípios já possuem 107,1 mil escolas de educação básica, das quais 55,8 mil (52,1%) já oferecem matrículas em tempo integral para mais de 4,2 milhões de alunos. As creches municipais são o segmento com mais matrículas em jornada escolar integral, 1,4 milhão de alunos (56,7%).


Contabilidade

Conselho de Contabilidade lança livro para orientar gestores

Com o objetivo de orientar os gestores municipais e ser fonte atualizada de informações contábeis, o Conselho Nacional de Contabilidade Municipal (CNCM) publicou, em parceria com a CNM, a primeira edição do livro **Demonstrações Contábeis Municipais (DCASP): teoria e prática**.

 **A publicação é gratuita e pode ser acessada pelo QR Code:**



O livro apresenta os modelos de DCASP e de notas explicativas extraídas das demonstrações contábeis elaboradas pelos próprios membros do Conselho Nacional, que atuam tanto nas capitais como nos Municípios de até 50 mil habitantes.

A proposta é que o material oriente

os gestores municipais na elaboração e na divulgação dessas demonstrações contábeis; nos balanços financeiros, orçamentários e patrimoniais. A publicação é ilustrada com modelos clássicos de contabilidade a fim de trazer ainda mais clareza às informações apresentadas. A publicação contou com a colaboração de vários membros do CNCM e de especialistas da CNM que atuam na área contábil.



O Conselho Nacional de Contabilidade Municipal foi criado em março de 2022 pela CNM com o objetivo de protagonizar o fortalecimento dos Municípios na temática contábil e assegurar a representação federativa dos Municípios. Isso

tudo a partir de discussões que envolvam o processo de convergência da contabilidade municipal aos padrões contábeis internacionais e as questões orçamentárias, contábeis e fiscais deliberadas pelos órgãos reguladores, de fiscalização e de representação profissional. O CNCM é formado por 52 profissionais contábeis, 26 representando Municípios de grande porte (capitais) e 26 representando os Municípios de até 50 mil habitantes.

» Próxima edição

A próxima edição do livro deve abordar os procedimentos contábeis patrimoniais que precisam ser adotados nos Municípios brasileiros. A expectativa é que este segundo livro esteja disponível também gratuitamente ainda este ano.


Saneamento

63% dos Municípios contam com aterros sanitários

Em 13 anos da Política Nacional de Resíduos Sólidos, o número de aterros sanitários ultrapassou 63% dos Municípios brasileiros, apresentando um crescimento de 11,3% em comparação com 2019, de acordo com dados de pesquisa da Confederação Nacional de Municípios (CNM). A Lei 12.305 foi sancionada em 2 de agosto de 2010, após quase duas décadas de debates, criando obrigações para todos – governos, empresas e sociedade – na destinação correta de resíduos.

Contribuindo diretamente para o encerramento dos lixões, também aumentou o número de Municípios consorciados na área de resíduos sólidos – que passou de 29,5% para 40,6%, no mesmo período. A comparação dos da-

dos pode ser acessada no **Diagnóstico da Política de Resíduos Sólidos**, levantado pela CNM.

Apesar do aumento, a existência de consórcios públicos no setor não significa que esses Municípios já operam com aterros sanitários. Isso porque o custo inicial é alto e os Entes locais precisam de apoio financeiro para implementação da disposição final ambientalmente adequada de rejeitos em aterros.

» Aterros compartilhados

Considerando o alto custo de implementação e operação de aterros sanitários, cada vez mais Municípios entendem



Divulgação/SLU

a importância e a estratégia de compartilhar essa infraestrutura. Assim, optam por aterros sanitários regionalizados, principalmente, por meio de consórcios públicos. Enquanto em 2019 471 gestores municipais afirmaram que a cidade compartilhava aterro sanitário, em 2022 esse número subiu para 869, o que equivale a um aumento relevante de 84%.

Planejamento urbano integrado e resiliência das cidades brasileiras

Diariamente os efeitos diretos e indiretos na sociedade decorrentes da ineficiência do planejamento do território, do acesso à moradia adequada, da prevenção e da adaptação das cidades à mudança do clima estão nas agendas da gestão pública. Entre 2013 e 2022, os desastres causaram mais de R\$ 534,2 bilhões em prejuízos ao país. Os danos materiais em instalações como escolas, equipamentos de saúde, moradias, pontes, entre outros somam quase R\$ 157 bilhões.

Estudo recente da CNM aponta que 93% dos Municípios brasileiros (5.199) foram atingidos por algum desastre natural e decretaram situação de emergência ou estado de calamidade pública, especialmente por tempestades, inundações, enxurradas ou alagamentos nos últimos 10 anos. No período de 2013 a 2022, mais de 2,2 milhões de moradias foram danificadas em todo o país por causa desses eventos, afetando diretamente mais de 4,2 milhões de pessoas, que tiveram de deixar suas casas em 2.640 Municípios.

Os governos municipais, responsáveis pelo ordenamento e pela gestão do território, segundo a Constituição de 1988 e o Estatuto da Cidade, buscam cada vez mais alternativas e soluções para reduzir os impactos desses eventos climáticos, bem como se adaptar e criar condições para serem resilientes a esse desafio. Resiliência é a capacidade de um sistema urbano manter a continuidade e se regenerar após impactos ou catástrofes, se readaptando e se transformando.

Um dos principais instrumentos para alcançá-la é o planejamento urbano integrado. Por meio de legislações urbanas baseadas na gestão dos riscos de desastres, a elaboração ou a revisão do Plano Diretor Municipal pode ampliar a proteção e a informação e, assim,

preparar e adaptar os territórios para a exposição do risco, sejam eles de origem repentina, gradual, esperados ou inesperados. Adiciona-se a necessidade de integração das políticas setoriais urbanas para viabilizar uma estratégia nacional para a transição climática e a resiliência urbana, que focam na identificação dos principais desafios e no levantamento de alternativas e soluções capazes de prevenir e reduzir os impactos no território e na vida da população e serão oportunizadas atividades econômicas com compromissos climáticos e neutralidade de carbono.

Planejar, executar, monitorar e controlar é essencial. Os planos setoriais urbanos de habitação, regularização fundiária urbana, saneamento ambiental, de prevenção à redução de risco, mobilidade urbana, resíduos sólidos – e o próprio Plano Diretor – precisam ser implementados e monitorados, sendo avaliados em relação às metas que foram estabelecidas.

Suas implementações devem garantir a participação e o acompanhamento de segmentos plurais da população e, também, parcerias, seja com outras esferas de governos, ONGs, segmentos econômicos privados, organismos internacionais ou universidades, garantindo que a gestão do território esteja apta para resiliência de modo a estar mais bem preparada para enfrentar as crises.

Fazer uma gestão pública resiliente significa também avançar em uma estratégia nacional de longo prazo que viabilize orçamento federal contínuo e ferramentas para o fortalecimento das capacidades institucionais dos Municípios, o que poderá resultar em uma aplicação eficiente de investimentos públicos em infraestrutura e moradia digna e segura e oportunizar uma melhora nas atividades fiscalizatórias de

controle urbano, evitando a ocupação em áreas de risco ou ambientalmente sensíveis e protegidas, reduzindo o número de pessoas afetadas com desastres futuros e impactos financeiros correlatos.

Além de planejar, monitorar e fiscalizar, é importante também identificar instrumentos legais e urbanísticos municipais que precisam ser adequados para que a estratégia se torne mais efetiva no alcance da resiliência urbana. Rever a lei de parcelamento, uso e ocupação do solo, o código de obras ou até as licenças necessárias para uma nova construção ou reforma são alguns exemplos do que se pode fazer para compatibilizar o planejamento integrado e a legislação municipal existente.

Estimular o uso de novos materiais, técnicas construtivas e tecnologias verdes por meio de incentivos e concessões, estimular fontes de energias limpas no transporte, mobilidade e edificações, integrar serviços ecossistêmicos no planejamento urbano são algumas das ações que podem demandar alteração da legislação local e contribuir com a redução das emissões de dióxido de carbono (CO₂), aumento na qualidade de vida da população e habitabilidade nos Municípios.

Cid Blanco Jr. – consultor em Desenvolvimento Urbano e Habitação/CNM, doutorando em Urbanismo pela Universidade de Lisboa.

Karla França – analista em Planejamento Territorial e Habitação, doutora em Geografia pela Universidade de Brasília.

Johnny Amorim – analista em Proteção e Defesa Civil/CNM.

Jordan Cabral – analista técnico em Planejamento Territorial e Habitação, arquiteto urbanista pela UFMG.

Finanças



Levantamento da Confederação mostrou que mais de 51% dos Municípios brasileiros estão com as contas no vermelho. No mesmo período de 2022, apenas 7% dos Entes locais estavam nessa situação. Em alerta para esse cenário, a entidade municipalista reuniu mais de dois mil gestores em Brasília para debater a situação e reforçar ao Congresso Nacional a urgência de medidas já pleiteadas pelo movimento municipalista.

A cada R\$ 100 que são arrecadados por pequenos Municípios, R\$ 91 são utilizados para o pagamento de pessoal e custeio da máquina pública. A CNM aponta que o cenário é de baixo crescimento da arrecadação e de expansão generalizada do gasto público, em especial das despesas de custeio, que é a manutenção da máquina pública.

Entre os pontos de forte preocupação estão as recentes quedas em receitas relevantes, como no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) e no Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Há ainda atrasos no repasse de emendas parlamentares federais.

“Mais da metade dos Municípios estão no vermelho, as receitas estão caindo e as despesas, muitas delas criadas pela esfera federal, só crescem. Nós elaboramos um estudo completo que comprova essa situação, pois temos de mostrar com números. Apresentem para seus parlamentares e cobrem a aprovação do arcabouço fiscal”, orienta o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.

CNM ALERTA SOBRE MAIS DE 51% ESTÃO C

» Queda no FPM

Principal receita de sete em cada dez Municípios do país, o FPM fechou o primeiro semestre com crescimento, porém iniciou o segundo semestre com queda preocupante. Os dois primeiros decêndios de julho (-34,5%) e agosto (-23,56%) foram afetados pelo aumento das restituições do Imposto de Renda (IR). Outra importante receita, a cota-parte do ICMS, afetada pela Lei Complementar 194/2022, recuou 4,5% no país.

Além disso, os Municípios enfrentam atraso no pagamento de emendas parlamentares. A redução apenas em emendas de custeio no primeiro semestre de 2023 em comparação a 2022 foi de quase 73%, passando de R\$ 10,43 bilhões para R\$ 2,80 bilhões. Avaliando o total de emendas, a redução foi de 58%, passando de R\$ 13,24 bilhões para R\$ 5,62 bilhões.

Um cenário que pode agravar ainda mais a situação da despesa de pessoal dos Municípios é a possibilidade de inclusão dos gastos com pessoal das Organizações Sociais (OSs) nos limites de gasto de pessoal. Há tempos a CNM alerta os parlamentares para os riscos dessa medida e atua para impedir a mudança, o que, se ocorrer, causará extrapolação do limite de gastos de pessoal, rejeição de contas, multas e inexistência de gestores.

» Reajustes

Após a pandemia da Covid-19, quando reajustes salariais ficaram congelados por lei, as instâncias federais – Executivo e Legislativo – voltaram a criar despesas que oneram as contas municipais. Um exemplo é a parcela adicional (de insalubridade e os encargos) dos agentes comunitários de saúde e de endemias.

“Os prefeitos foram induzidos, de forma equivocada, pelo governo federal a conceder reajustes no piso do magistério que não têm previsão na lei”, relembra Ziulkoski. Somando os percentuais dos últimos dois anos, a União definiu, por meio de portarias, um aumento de 53% no piso. O impacto compromete quase R\$ 50 bilhões dos Municípios até o fim do ano. A CNM destaca que orientou todos os gestores sobre o tema, informando que não há eficácia legal na medida.

Na saúde, os Municípios enfrentam o represamento de 1 bilhão de cirurgias e 4,4 milhões de procedimentos ambulatoriais, sendo que, para solucionar a questão, seriam necessários R\$ 17,3 bilhões. Na assistência, o governo federal deixou de repassar, de 2014 a 2022, R\$ 7,6 bilhões para o Sistema Único de Assistência Social (Suas); valor que, corrigido pela inflação, chega a R\$ 9 bilhões.

São mais de 5 mil obras paradas e abandonadas em todo o país por falta de recursos da União. Os Municípios que conseguiram concluir obras arcaram com mais de R\$ 7 bilhões em recursos próprios e aguardam repasses federais. A defasagem dos mais de 200 programas federais chega a 100%. O estudo mostra ainda que o contingenciamento do orçamento-geral da União em 2023 é de R\$ 3,3 bilhões.

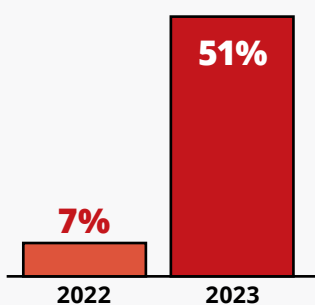


RE CRISE NOS MUNICÍPIOS: COM CONTAS NO VERMELHO

Fonte: STN. Elaboração: CNM.

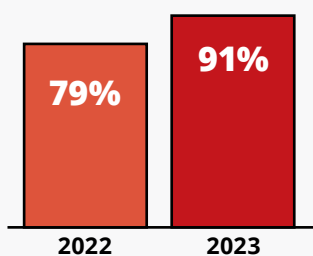
» Municípios com déficit financeiro

Mais da metade das prefeituras têm despesas maiores do que as receitas



» Comprometimento da receita

Percentual da arrecadação com pagamento de pessoal e custeio da máquina pública nos pequenos Municípios



» Estudo completo

Acesse o levantamento da CNM na íntegra e apresente os dados aos parlamentares do seu Estado:



» Compartilhe

Assista e repasse o vídeo institucional da CNM sobre o cenário de crise nos Municípios



Ruy Afonso / Ag. CNM



“Mais da metade dos Municípios estão no vermelho, as receitas estão caindo e as despesas, muitas delas criadas contra nossa vontade pela esfera federal, só crescem”

Paulo Ziulkoski, presidente da CNM


 Institucional

Mais de dois mil gestores unidos por soluções

Em dois dias de mobilização em Brasília, a CNM reuniu mais de dois mil gestores para debater o cenário de crise financeira nas prefeituras de todo o país e a pauta prioritária de demandas do movimento em busca de soluções. O presidente da CNM, Paulo Ziulkoski, apresentou os dados do levantamento do déficit primário nos Municípios (páginas 6 e 7) e também os principais pontos da Reforma Tributária, que devem ser alterados na visão da entidade (página 11).

Entre os motivos levantados pelos gestores municipais como agravamento da crise está o represamento do repasse de emendas parlamentares no primeiro semestre de 2023. Segundo balanço da Confederação, houve uma redução de 58% na comparação do primeiro semestre de 2022 com o mesmo período deste ano: os recursos caíram de R\$ 13,24 bilhões para R\$ 5,62 bilhões.

Na pauta prioritária para aliviar as contas municipais, Ziulkoski destacou a atuação para estender a reforma da previdência feita pela União para todos os Municípios, ou seja, para aqueles que possuem Regime Próprio de Previdência Social (RPPS). “Isso iria contribuir com um abatimento de 38% nos custos das prefeituras do Brasil”, informou.

Durante a mobilização, a entidade conseguiu, com o apoio de todos os integrantes do movimento, um importante avanço. Foi protocolada, na Câmara, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 38/2023, que prevê a medida. A coleta de assinaturas, iniciada ainda na *XXIV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*, realizada em março, foi finalizada com os 171 apoios necessários. O texto modifica as regras dos RPPS para garantir equilíbrio financeiro e atuarial e a sustentabilidade fiscal dos Municípios.

>> FPM

A queda no Fundo de Participação dos Municípios (FPM) é outro fator de preocupação. A entidade busca a criação de um adicional de 1,5% no mês de março para amenizar a dificuldade financeira. Com essa finalidade, tramita na Câmara a PEC 25/2022.

“Não adianta a gente vir aqui e só falar dos problemas, nós precisamos buscar e apresentar ao governo e ao Congresso o que eles podem e devem fazer para melhorar a crise nos Municípios”, afirmou Ziulkoski. O líder municipalista orientou todos a buscarem os parlamentares do seu Estado para apresentar os dados e cobrar apoio às demandas municipais (veja mais na página 12).

Ruy Afonso / Ag. CNM

>> Avanço: PEC do RPPS é protocolada

Resultado da intensa articulação dos gestores presente na Mobilização, foi protocolada na Câmara a PEC 38/2023, que modifica as regras dos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS) para garantir equilíbrio financeiro e atuarial e a sustentabilidade fiscal dos Municípios. Elaborada pela Confederação, o texto foi protocolado pelo deputado Gilson Daniel (Pode-ES) no dia 16 de agosto.

“Grande parte dos problemas enfrentados hoje pelos prefeitos é causado pela previdência social”, disse Ziulkoski durante o evento. Ele destacou que apenas 32% dos Municípios conseguiram fazer suas reformas. “Se a gente consegue aprovar essa proposta e aplicar as mesmas regras da reforma feita pela União aos Entes municipais, os Municípios reduziram em média 50% do déficit com a previdência”, afirmou.

Congresso

Ziulkoski leva dados e demandas aos presidentes da Câmara e do Senado

Os dados levantados pela CNM do cenário nas cidades do Brasil e a pauta prioritária do movimento municipalista para aliviar as dificuldades das gestões locais foram apresentados e debatidos com os presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (MDB-MG), durante os dias de mobilização em Brasília. Nas reuniões, o presidente da Confederação, Paulo Ziulkoski, esteve acompanhado dos presidentes das entidades estaduais de Municípios.

Entre as pautas apresentadas, houve destaque para a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 25/2022, que aumen-

ta em 1,5% o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) no mês de março, garantindo um adicional de R\$ 11,3 bilhões e para o Projeto de Lei (PL) 334/2023, que estabelece a redução de alíquota das contribuições sociais a serem pagas ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS) para 8%. A medida vale para os Municípios que possuem menos de 142.633 habitantes.

“A dívida chega a quase R\$ 200 bilhões. Só os Municípios da Bahia somam R\$ 42 bilhões e isso não tem solução. É uma dívida impagável. Daqui a pouco vai chegar a R\$ 1 trilhão. Temos que enfren-

tar esse cenário”, alertou Ziulkoski.

Após ouvir as sugestões, o presidente da Câmara afirmou que analisará com atenção as demandas apresentadas. “Tem temas que não prometo, mas vou, sim, olhar com cuidado essa pauta. É sempre importante a gente rever informação de como está a situação na ponta.” Lira ainda disse que analisará a possibilidade de agilizar o andamento da PEC do FPM na Casa e que há uma cobrança direta dele ao governo federal sobre o atraso no pagamento de emendas parlamentares. “O governo precisa fazer andar essa questão”, avaliou.



Ruy Afonso / Ag. CNM

» Senado

Como a Reforma Tributária agora tramita no Senado, os pontos que devem ser alterados no texto para atender aos Entes locais (veja mais na página 13) foram tratados diretamente com o presidente Rodrigo Pacheco. Além disso, o grupo mostrou a preocupação com a situação financeira em todo o país e entregou o levantamento da CNM.

Pacheco afirmou que esteve reunido com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, e que abordaram a questão da queda de arrecadação. “Ele me explicou sobre a queda no FPM e disse que foram pegos de surpresa, que não esperavam, mas apontou que deve ocorrer uma melhora em agosto”, relatou.

Ele ainda apontou que o Senado vai apoiar no avanço de medidas que possam melhorar a situação dos Entes locais. “Vou me aprofundar em todos esses temas que vocês trouxeram, porque não queremos uma crise nos Municípios. Uma crise nos Municípios é uma crise nacional.”



Congresso

Dificuldades locais pautam encontros com parlamentares

Prefeitos e gestores de todo o país se reuniram com parlamentares de seus Estados para debater a situação das gestões municipais e pedir apoio à pauta do movimento, previamente debatida na sede da CNM. Os encontros com as bancadas es-

taduais integraram a programação da mobilização municipalista. A Confederação e as entidades estaduais de Municípios promoveram as atividades em parceria.



» Piauí destaca saúde

Gestores organizados pela Associação Piauiense de Municípios (APPM) lotaram o auditório Freitas Nobre na Câmara dos Deputados em 15 de agosto. Entre outros pontos, destacaram dificuldades para arcar com o alto custeio da saúde. Além de senadores e deputados, esteve presente o ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, Wellington Dias.

» Mineiros em peso

Cerca de 600 gestores de Minas Gerais reivindicaram mais apoio. O presidente da Associação Mineira de Municípios (AMM), Marcus Vinícius, lembrou as dificuldades enfrentadas no passado. No encontro, na sede da CNM, em 15 de agosto, o secretário de Saúde de Minas Gerais, Fábio Baccheretti, ouviu as demandas e apresentou propostas em andamento no governo estadual.



» Bahia foca no FPM

Mais de 200 prefeitos baianos foram à Câmara em 15 de agosto pressionar pela aprovação de demandas prioritárias. Um dos destaques foi a busca de medidas para solucionar a oscilação nos repasses do FPM. O vice-presidente da União dos Municípios da Bahia (UPB) e prefeito de Amargosa, Júlio Pinheiro, destacou que a situação é crítica e tem se agravado nos últimos anos.

» Prefeituras paraibanas endividadas

Gestores da Paraíba entregaram aos parlamentares do Estado – também em audiência na Câmara, em 15 de agosto – documento pedindo compensação do FPM. O presidente da Federação das Associações de Municípios da Paraíba (Famup), George Coelho, relatou que as prefeituras estão devendo fornecedores e servidores.



» Ceará solicita urgência

O presidente da Associação dos Municípios do Estado do Ceará (Aprece), Júnior Castro, enfatizou preocupação com a insuficiência de recursos para fechar as contas. O grupo citou à bancada do Estado sucessivas quedas do FPM e pediu urgência na aprovação de matérias.

» Catarinenses debatem dificuldades

Em 16 de agosto, no auditório Petrônio Portela no Senado Federal, gestores catarinenses debateram as dificuldades com deputados e senadores do Estado. Sob a liderança da presidente da Federação de Consórcios, Associações e Municípios de Santa Catarina (Fecam) e prefeita de Vargem (SC), Milena Lopes, eles trataram ainda de alterações no texto da Reforma Tributária.



Congresso

CNM reivindica ajustes no texto da Reforma Tributária

Após aprovação da Câmara, a CNM, com contribuições dos gestores municipais, articulou a apresentação de emendas para ajustes na proposta da Reforma Tributária, que, agora, tramita no Senado. A entidade defende mudanças que mantenham ou ampliem a autonomia e alterações nos percentuais de divisão da cota-parte municipal no tributo a ser criado com a unificação do ICMS e o ISS – o futuro Imposto Sobre Bens e Serviços (IBS).

“Conseguimos a mudança da cobrança do imposto para o destino, que é onde de fato ocorre o consumo. Isso vai acabar

com arrecadações extraordinárias em paraísos fiscais e beneficiará toda a população. Seguimos atuantes por princípios fundamentais, que é não ter perda para os Municípios e aumentar a autonomia local. Não há segurança ou garantia de nada ainda, precisamos nos unir e atuar para que a gente consiga aprovar uma reforma mais justa possível”, reforça o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.

A senadora Eliziane Gama (PSD-MA) apresentou as sugestões da entidade nas Emendas 56 e 57 ao texto da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019. A primeira visa garantir a paridade efetiva

entre Estados e Municípios na estrutura do Conselho Federativo, órgão fundamental para a operacionalização do IBS.

Para isso, a intenção é definir como automática a distribuição do produto da arrecadação entre Estados, Distrito Federal e Municípios. A CNM defende que, quando o recurso entrar no Conselho, automaticamente, sem nenhuma interferência política, seja distribuído ao Município titular. O texto também define que os fiscos locais tenham autonomia na fiscalização, no lançamento, na cobrança e na representação administrativa ou judicial do imposto.

Entenda as mudanças que os Municípios pleiteiam

A CNM atua ativamente para aprimorar o texto com premissas inegociáveis, entre elas manter a autonomia e a arrecadação municipal

	Versão da Câmara	Como a CNM defende
COTA-PARTE DO NOVO IBS		
	85% proporcional à população, 5% em partes iguais e 10% com base em indicadores de melhoria nos resultados de aprendizagem.	60% proporcional à população, 5% em partes iguais e 35% conforme lei estadual, sendo 10% de acordo com desempenho na educação.
RECEITAS COMPARTILHADAS COM OS MUNICÍPIOS		
Fundo regional	Repasse de 25% feito pelos Estados aos Municípios.	Cota de 25% entregue diretamente aos Municípios, proibidas retenções.
Novas contribuições	Permite que os Estados e o Distrito Federal possam instituir arrecadação sobre produtos primários e semielaborados.	Compartilhamento com Municípios de 50% do produto da arrecadação de contribuições a serem criadas, nos moldes da cota-parte do IBS.
Fundos de combate à pobreza	Permite aos Estados destinar parte da receita do IBS para esses fundos (igual ocorre com o ICMS) sem antes calcular a parcela de recursos dos Municípios.	Retirar permissão de reter recursos dos Municípios.
AUTONOMIA E PARIDADE		
Gestão do Conselho Federativo	Texto fala apenas em gestão exercida de forma integrada.	Inserir expressamente que a gestão será exercida de forma integrada e paritária.
Distribuição do IBS	Define que será atribuição dos Entes por meio do Conselho Federativo.	Acréscimo para deixar expresso que o repasse dos recursos será automático.
Fiscalização e cobrança do IBS	Coordenação do Conselho Federativo.	Atuação dos Entes, quando integrada, será coordenada com o Conselho. Para a CNM, isso mantém a competência de fiscalizar, lançar e cobrar sem a interferência de outros Entes.
IMPOSTO SOBRE PATRIMÔNIO		
	Trata apenas do ITCMD, que é estadual.	Estabelece progressividade nas alíquotas do ITBI (municipal), o que já existe no ITCMD.

Parceria

CNM apresenta Projeto Previdência Sustentável em reunião do Conaprev

A CNM participou de uma reunião do Conselho Nacional dos Dirigentes de Regimes Próprios de Previdência Social (Conaprev), realizada em Brasília, em agosto. A entidade municipalista, que foi representada pelos consultores Mário Rattes e Leonardo Rolim, apresentou o Projeto Previdência Sustentável aos participantes do encontro. “Apresentamos o projeto, respondemos a diversas perguntas e acreditamos que ficou bem esclarecido para os membros do Conaprev. Nós sabemos que ainda restam dúvidas, mas, em relação às ações já implementadas, foi unânime a aceitação e a visualização dos benefícios advindos do Projeto Previdência Sustentável”, destacou Rolim.

A CNM explicou alguns planos de ação que já estão em andamento. A ação 1 trata do apoio aos Municípios para equalizar o déficit financeiro e atuarial da previdência; a ação 2 visa ao apoio a um plano de desenvolvimento local. Ambas já estão sendo trabalhadas com os Municípios participantes do Projeto. Outras duas ações estão sendo elaboradas: a 3 trata da criação de fundos de investimento voltados ao desenvolvimento local, emprego, renda e infraes-

trutura. Também há expectativa para a ação 4, que visa elaborar um consórcio de gestão do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) voltado para os Municípios de pequeno porte que ainda não tenham estrutura para administração de seus RPPSs.

“Nós abrimos um bom diálogo com o Conaprev para que as instituições que participam do Conselho possam auxiliar na elaboração de ações, contando também com diversos órgãos, como tribunais de conta e gestores de RPPS e sabemos que isso vai enriquecer o projeto”, apontou Rolim.

» Projeto Previdência Sustentável

De iniciativa da CNM e do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o projeto tem como finalidade diagnosticar os problemas vivenciados nos Municípios e orientar na implementação de um conjunto de ações para o enfrentamento do desequilíbrio fiscal pelo qual passam os En-

tes federativos municipais no curto, médio e longo prazo, especialmente quanto à situação financeira e atuarial de seu Regime Próprio de Previdência Social.

“Nosso objetivo é cumprir todas as normas legais e garantir a melhor gestão dos RPPS do país ao mesmo tempo em que geram a rentabilidade adequada e, com isso, caminhamos para o nosso objetivo, que é atender aos interesses dos Municípios”, finaliza Leonardo Rolim.



Governo Digital

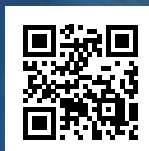
Municípios contam com ferramentas digitais para ajudar na gestão

Tendência na otimização do trabalho da gestão pública municipal, o uso de tecnologias está avançando e ganha novas ferramentas. Para facilitar, por exemplo, o Serpro disponibiliza o Neosigner, que é um serviço que permite assinar documentos de qualquer lugar e em qualquer dispositivo como smartphone, tablet e computador. O Município de Prudentópolis (PR) foi o primeiro

a utilizar este novo recurso.

Todo o processo é regido por criptografia e uma trilha de auditoria completa. Vale destacar que a assinatura, por meio do mecanismo, tem validade jurídica e conta com certificação digital.

Saiba mais sobre o Neosigner



Estudo técnico

Impacto do salário mínimo para os cofres municipais será de R\$ 4,75 bilhões em 2024

Anualmente, a CNM divulga o levantamento do reajuste do salário mínimo com o objetivo de mostrar o impacto dessa medida aos gestores públicos. O texto do Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2024 enviado ao Congresso Nacional estabeleceu o pagamento do valor de R\$ 1.389 para o próximo ano. No entanto, a entidade municipalista, para estimar o impacto, levou em consideração o valor de R\$ 1.421 (calculado a partir do INPC e do PIB de 2022).

Com base nesse cenário, o impacto pode chegar a R\$ 4,75 bilhões aos cofres municipais no próximo ano, conforme a expectativa do Ministério da Fazenda. A Pasta espera o fechamento do Índice Nacional de Preço ao Consumidor (INPC) em de 4,75% neste ano, somado a 2,9% do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) em 2022. Com isso, os dois percentuais chegariam a 7,65%, ou seja, o critério vigente de reajuste do salário mínimo.

O reajuste do salário mínimo traz impactos para os cofres municipais – e, em especial, para os Municípios de pequeno porte. A CNM destaca que isso ocorre porque os Municípios menos populosos são os que possuem mais funcionários



com remunerações próximas ao valor do salário mínimo, implicando maior aumento do gasto de pessoal decorrente do reajuste.

Os Estados de Minas Gerais, Bahia e Ceará concentram o maior número de servidores municipais que recebem até 1,5 salário mínimo. A soma dos servidores municipais desses três Estados corresponde a 1/3 do total de servidores municipais levantados. “Em 30% a 40% das prefeituras do Nordeste, a maioria do funcionalismo ganha entre 1 e 1,5 salário mínimo”, afirmou o presidente da CNM, Paulo Ziulkoski.

Por outro lado, os três Estados com a menor concentração de servidores municipais que recebem até 1,5 salário mínimo são: Acre, Amapá e Rondônia, que juntos correspondem a 1,5% do total de servidores municipais com remuneração de até um salário mínimo e meio.

» Nova política

A nova política de valorização do salário mínimo tem como cálculo de reajuste anual o piso nacional, sendo definida pelo Projeto Lei 2.385/2023, que leva em consideração o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de 12 meses, encerrado em novembro do ano anterior, e o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) consolidado de dois anos antes.

De acordo com a RAIS 2021, a partir dos quantitativos de ocupações com natureza jurídica vinculada em nível municipal, há uma tendência de crescimento no quantitativo de ocupações de servidores municipais, passando de 6,8 milhões, em 2020, para 7,2 milhões, em 2021. Segundo estimativas da Confederação, aproximadamente 2,3 milhões de ocupações da esfera municipal recebem remuneração de até 1,5 salário mínimo e devem ser contemplados com o reajuste.

UF	Servidores	Servidores (%)	Impacto financeiro anual
AC	9.055	0,40%	18.849.207
AL	66.515	2,90%	132.797.678
AM	75.519	3,30%	150.153.965
AP	9.231	0,40%	19.094.382
BA	257.282	11,10%	527.296.280
CE	186.091	8,00%	363.499.018
ES	57.047	2,50%	116.303.458
GO	84.359	3,60%	178.133.286
MA	128.576	5,50%	256.452.215
MG	281.415	12,10%	592.454.819
MS	36.942	1,60%	77.686.683
MT	27.967	1,20%	58.240.123
PA	148.644	6,40%	307.391.969
PB	108.743	4,70%	220.169.957

UF	Servidores	Servidores (%)	Impacto financeiro anual
PE	167.916	7,20%	325.154.866
PI	54.077	2,30%	108.373.170
PR	50.433	2,20%	111.617.675
RJ	134.089	5,80%	278.839.486
RN	62.727	2,70%	123.633.602
RO	17.470	0,80%	36.353.437
RR	10.756	0,50%	22.516.140
RS	58.107	2,50%	125.340.526
SC	56.149	2,40%	118.323.947
SE	39.238	1,70%	76.820.893
SP	144.795	6,20%	315.524.632
TO	45.894	2,00%	93.892.926
Total	2.319.037	100,00%	4.754.914.341

Fonte: RAIS. CNM

 **Confira a íntegra do estudo:**



Institucional

Paraty (RJ) debate melhorias para o Turismo nos Municípios

Paraty, no Rio de Janeiro, foi o centro das discussões de melhorias para o Turismo durante a realização do 10º Encontro Brasileiro das Cidades Históricas, Turísticas e Patrimônio Mundial. A CNM, autoridades, especialistas e mais de 600 participantes estiveram reunidos na cidade fluminense em busca de alternativas que possam promover ações sustentáveis nos Sítios do Patrimônio Mundial, Natural e Cultural no Brasil.

A programação ocorreu em painéis temáticos e visitas técnicas ao longo dos quatro dias de evento. Divididos em mesas para debater vários assuntos de relevância para os Municípios, autoridades, especialistas e demais participantes listaram as adversidades e sugeriram soluções para os modelos de gestão do patrimônio, mecanismos de financiamento de projetos voltados às cidades, alternativas de apoio ao desenvolvimento do Patrimônio Mundial e valorização do Patrimônio Mundial por meio do projeto de sinalização.

Nesse contexto, os participantes abordaram a economia criativa, aspectos de sustentabilidade ambiental e patrimonial e a importância dos centros de interpretação como ferramentas de educação patrimonial. Além disso, houve espaço para o entendimento e a discussão do patrimônio brasileiro.



» Ministros

A solenidade de abertura contou com várias autoridades do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, com destaque para os ministros do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Herman Benjamin e do Tribunal de Contas da União (TCU) Augusto Nardes. Os magistrados destacaram a necessidade de preservação dos patrimônios naturais e culturais do país e defenderam mais recursos para os Municípios.

“Os Poderes da República têm a responsabilidade de buscar corrigir essa omissão em relação ao patrimônio cultural e natural do país no contexto internacional. Falta o marco legislativo para esse patrimônio mundial e patrimônio turístico. Precisamos trabalhar isso”, defendeu Herman Benjamin.

“Montamos um grande projeto e acórdão para que o dinheiro seja bem aplicado. Quero propor uma audiência pública com os presidentes da Embratur, do Iphan e do Ministério do Turismo para fazer uma grande discussão de política nacional, de política permanente para todas as cidades brasileiras”, complementou Nardes.

» Projetos e Carta

Os prefeitos também tiveram espaço para a troca de experiências com a apresentação de projetos de sucesso na gestão dos patrimônios municipais e que podem servir de modelo para outros Municípios, dentre eles, ações do Município anfitrião por meio do prefeito, Luciano Vidal. A programação ainda contou com visitas técnicas aos roteiros turísticos de Paraty. Ao final do evento, foi lida a Carta de Paraty, documento que reuniu as principais sugestões para a valorização e a conservação das Cidades Históricas, Turísticas e Patrimônio Mundial e que será entregue às autoridades do Executivo, Legislativo e Judiciário.

O evento foi realizado pela CNM em parceria com a Organização das Cidades Brasileiras Patrimônio Mundial (OCBPM) e a prefeitura anfitriã. Ainda contou com o patrocínio da Caixa Econômica Federal, da Infraero Aeroportos e o apoio institucional do governo do Estado do Rio de Janeiro e de representantes do governo federal.



Na mídia

Mobilização e levantamentos da CNM são destaque na mídia

A situação crítica que os Municípios brasileiros estão enfrentando com o cenário atual de repasses da União despertou o interesse dos grandes veículos de mídia do país. Por meio de uma forte mobilização do movimento municipalista, liderado pela CNM, a imprensa noticiou a última mobilização realizada

em Brasília. Os jornais *O Estado de S. Paulo*, *Folha de S. Paulo* e *Valor Econômico* publicaram grandes reportagens sobre a temática das verbas. Portais de notícias como *R7* e *Poder 360*, além de redes de rádio como *BandNews* e *CBN* também veicularam informações a esse respeito.



Os trabalhos técnicos produzidos pela Confederação também ganharam espaço na mídia. Um levantamento produzido pela entidade, tratando dos prejuízos causados por desastres naturais, teve destaque em redes de TV como *Globo* e *Rede Record*.

Além dessa discussão, os Municípios também ganharam espaço em assuntos relacionados à Reforma Tributária. O peso do municipalismo foi destacado em jornais como *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e diversos portais de abrangência nacional.



Eventos


Eventos presenciais e *on-line* movimentam agenda da entidade

Entre eventos presenciais e *on-line*, a Confederação Nacional de Municípios (CNM) promove Seminários Técnicos, Fóruns e Oficinas. O objetivo é orientar e capacitar os gestores municipais nas demais áreas da administração local.

Com o tema *Desafios e perspectivas da mobilidade urbana nos Municípios brasileiros e financiamento de transporte público coletivo*, a grande novidade do mês de setembro é a realização das Oficinas CNM, de forma presencial na sede da entidade. Esta será a oportunidade de os gestores entenderem a fundo as ações de financiamento do transporte público e outras estratégias que farão sua cidade avançar na trilha da mobilidade sustentável e do trânsito eficiente.

Realizada nos dias 21 e 22 de setembro, a oficina contará com a participação de especialistas que vão buscar o estímulo à reflexividade acerca de elementos teóricos, metodológicos e práticos da mobilidade urbana. Além disso, o intuito também será reforçados os desdobramentos na administração pública, bem como discutir o financiamento de

transporte público coletivo nos Municípios brasileiros e abordar a Estratégia Nacional de Promoção da Mobilidade por Bicicleta (Enabici).

 **Para participar, é necessário fazer inscrição.**



» Fóruns


Também de forma presencial, a CNM promove nos dias 13 e 14 de setembro a primeira reunião do *Fórum Nacional de Consórcios Públicos Intermunicipais* na sede da entidade. O encontro se propõe a ser um espaço de interlocução, discussão e troca de experiências sobre os temas afins, visando ao fortalecimento da ação consorciada em âmbito nacional.

 **Para participar, é necessário fazer inscrição.**



Já nos dias 27 e 28 de setembro, acontece também em formato presencial o


Fórum Nacional de Vice-Prefeitos. Promovido na sede da CNM, o objetivo da iniciativa é criar uma instância que permita a aproximação desses agentes públicos com o movimento municipalista, com a intenção de que eles atuem como segmentos políticos e assim consigam trazer novas perspectivas para a luta municipalista em suas localidades.

 **Para fazer inscrição, basta acessar:**



» Seminários Técnicos

Os eventos *on-line* igualmente continuam a todo vapor. Durante o mês, os Seminários Técnicos vão trazer informações e orientações acerca dos mais diversos setores da administração pública. Promovidos às terças e quintas-feiras, através da plataforma Zoom.

 **Os interessados devem fazer inscrição:**



AGENDA DE EVENTOS

» Presencial:



13 e 14 de setembro



21 e 22 de setembro



27 e 28 de setembro



» On-line:



12 de setembro: Assistência Social

14 de setembro: Jurídico

19 de setembro: Saúde

26 de setembro: Finanças (NFS-e)

28 de setembro: Finanças (Mineração)

